

EUROPA



Editorial

PARA RECORDAR

Edite Estrela *

Nesta edição, duas referências incontornáveis: A perda do nosso camarada, colega e amigo, Fausto Correia e o Acordo sobre o Tratado de Lisboa. São assuntos de natureza distinta, que nos despertam sentimentos contrários, mas que têm em comum a singularidade: O Fausto era uma pessoa muito especial; o Tratado de Lisboa é um facto único a marcar a Presidência Portuguesa da União Europeia. Por isso, nós, socialistas e portugueses, os vamos guardar na gaveta da memória dedicada às coisas boas.

1. Confesso: Tenho muita dificuldade (pudor ou receio, não sei dizer!) em falar daqueles de quem gosto e verbalização de sentimentos ou emoções deixa-me inibida. Talvez seja pudor em desnudar a alma ou talvez seja receio de ultrapassar a fina linha do aceitável e digno e cair na lamechice. Medo do ridículo portanto.

O nosso querido Fausto Correia partiu abruptamente, deixando-nos uma mágoa enorme. Um vazio imenso. Uma saudade inultrapassável. Ainda parece mentira! Quando a realidade dói, resta-nos o refúgio da memória para visitar o passado. Ter um amigo como o Fausto foi/é um privilégio que se adivinhava e agora se confirma. Jamais poderei esquecer a palavra oportuna, o gesto solidário, a opinião fundada, as manifestações de amizade, o empenhamento político. As suas excepcionais qualidades políticas ficaram demonstradas no desempenho das mais relevantes funções no seio do PS: Secretariado Nacional, Comissão Política, Presidente de Federação, Presidente da Comissão Organizadora do Congresso... A sua competência e dedicação à república levaram-no a exercer altos cargos no governo e em empresas públicas, na Assembleia da República e no Parlamento Europeu. Em todos os casos, a mesma dedicação, o sentido do dever, a vontade de servir o país, o PS e, acima de tudo, as pessoas. Foram, aliás, as suas qualidades humanas que mais o singularizaram: a generosidade para com todos, a compreensão das fraquezas do Outro... Como poucos, era amigo do seu amigo e ninguém batia em vão à sua porta. O Fausto partiu sem aviso, fica-nos a recordação dos bons momentos que com ele partilhámos.

2. O Tratado de Lisboa é uma enorme vitória da Presidência Portuguesa e de José Sócrates. Isso mesmo foi reconhecido pelos líderes dos diferentes grupos políticos do Parlamento Europeu, que não lhe regatearam elogios, ao mesmo tempo que sublinhavam a forma exemplar como a diplomacia portuguesa conduziu o processo.

Com a determinação que lhe é reconhecida, o nosso Primeiro-Ministro fez o trabalho de casa, respeitou os curtos prazos que se impôs, cumpriu o mandato e conseguiu o que poucos acreditavam fosse possível: chegar a acordo em Outubro (e logo no primeiro dia da Cimeira!) e marcar a assinatura do Tratado de Lisboa para Dezembro. Durante a Presidência Portuguesa de 2000, o Primeiro-Ministro António Guterres legou à Europa a Estratégia de Lisboa e, agora, graças à tenacidade de um outro Primeiro-Ministro socialista, o nome de Lisboa fica, uma vez mais, indelévelmente associado a um marco importante da construção europeia. O que é bom para Portugal e para os portugueses, mas também para a Europa e para os cidadãos europeus e para o mundo. A aprovação do novo Tratado de Lisboa vem pôr termo ao prolongado impasse institucional e vai permitir aos governantes europeus tratarem dos problemas que afectam os cidadãos, encontrando respostas para os desafios globais. Por outro lado, o mundo olha para a Europa com natural expectativa, porque precisa de uma Europa forte e unida, que se faça ouvir e respeitar e ajude a resolver os conflitos internacionais.

O acordo foi o primeiro passo, decisivo, de um conjunto que deverá terminar com a ratificação do Tratado de Lisboa pelos vinte e sete Estados-Membros. É isso que se espera.

*Presidente da Delegação Portuguesa no PE

NASCEU O TRATADO DE LISBOA

“Já tínhamos a Estratégia de Lisboa e agora temos também o Tratado de Lisboa”, disse o Primeiro-Ministro de Portugal, José Sócrates, depois de alcançado o acordo histórico sobre o novo Tratado, que vem substituir o defuncto projecto de Constituição e põe fim a um longo período de crise na União Europeia. O Tratado de Lisboa será agora assinado a 13 de Dezembro, no Mosteiro dos Jerónimos, onde também foi assinado o Tratado de Adesão de Portugal e da Espanha à então CEE, em 1986.

Saudado por todos os líderes europeus e até por países extra-comunitários, como a China, o Tratado de Lisboa foi anunciado pelo Primeiro-Ministro José Sócrates já perto das 2 horas da manhã de dia 19. Apesar de ser uma hora tardia, mesmo assim a Cimeira terminou muito antes do esperado, contrariando aquilo que costuma acontecer quando se trata de rever tratados.

“Nasceu hoje o novo Tratado de Lisboa. É uma vitória da Europa. Com este acordo e o novo Tratado, o projecto europeu está em desenvolvimento e a Europa pode agora olhar com confiança para o futuro da União Europeia”, disse José Sócrates ao anunciar o novo Tratado.

Os problemas eram conhecidos e vinham principalmente da Polónia e da Itália. Relativamente à Itália, num almoço de trabalho do PSE com os primeiros-ministros socialistas, em que participou Romano Prodi, o assunto terá sido desbastado e as condições para um acordo alcançadas.

Quanto à Polónia, fontes diplomáticas afirmam que “o momento chave ocorreu após a conversa entre o primeiro-ministro José Sócrates e o presidente polaco, Lech Kaczynski, a seguir à foto de família da Cimeira, quando a Polónia aceitou a chamada cláusula de loanina, um mecanismo que permite a suspensão de uma decisão comunitária para que continue a discussão, mesmo que aprovada por uma maioria suficiente de Estados-membros.

Referindo-se ao acordo alcançado entre os 27, a presidente da Delegação



José Sócrates foi o grande artífice do acordo entre os líderes europeus que põe fim a uma longa crise na União Europeia

Socialista Portuguesa, Edite Estrela, afirmou tratar-se de “uma grande vitória da presidência portuguesa e motivo de orgulho para Portugal”. Sublinhando que os portugueses têm por hábito “desvalorizar os seus feitos e valorizar os feitos alheios”, a deputada considerou que é motivo de orgulho para todos os portugueses o trabalho, que classificou como “notável”, desenvolvido pela presidência portuguesa e pelo Presidente em exercício do Conselho, José Sócrates, que conseguiu um acordo que vai permitir que a Europa saia da letargia em que se encontra. **Mais informação na última página**

HOMENAGEM A FAUSTO CORREIA

O eurodeputado socialista Fausto Correia faleceu dia 9 de Outubro, em Bruxelas. A Delegação Portuguesa do Grupo do PSE no Parlamento Europeu está de luto. Fausto Correia é insubstituível e deixa um enorme vazio. Homem bom e de afectos, generoso, grande amigo de enorme coração, Fausto Correia foi o exemplo do político

empenhado, socialista, europeísta convicto, defensor dos valores da igualdade, liberdade e fraternidade. Lutador incansável e cidadão de profundas convicções, republicano e democrata com amigos em todos os partidos políticos, grande português e sempre dedicado à vida pública e cívica de Coimbra e da sua região. É uma grande

perda. Uma perda irreparável para a democracia portuguesa, para o PS, para o Parlamento Europeu e para a Delegação Portuguesa do Grupo do PSE. Fausto Correia deixa muitas saudades.

Até sempre, Camarada!

A Delegação Portuguesa do Grupo do PSE



de 2003. Foi membro do Secretariado Nacional do PS desde Março de 1994 e da respectiva Comissão Permanente desde 1996 e até ao último Congresso Nacional, em 2002, onde foi eleito membro da Comissão Nacional e da Comissão Política Nacional.

Foi igualmente Vogal da Junta Distrital de Coimbra, Vice-Governador Civil de Coimbra, Presidente-Substituto e Vereador da Câmara Municipal de Coimbra, Deputado à Assembleia Municipal de Coimbra e membro da Direcção do Instituto de Imprensa Democrática (IID). Foi Deputado à Assembleia Municipal de Miranda do Corvo e Presidente da Mesa da Comissão Política da Federação de Coimbra do PS. Fundador e Presidente da Direcção do Forum Conimbriga, foi dirigente da Associação Académica de Coimbra, co-fundador do Clube Académico de Coimbra e vice-Presidente da Assembleia Geral da Académica/Organismo Autónomo de Futebol; foi membro do Conselho Nacional de Solidariedade Afro-Lusitana. Foi Presidente da Direcção da Associação Académica de Coimbra/Organismo Autónomo de Futebol até Outubro de 1995. Foi Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Coimbra durante vários mandatos e era Presidente da Assembleia Geral do Olivais Futebol Clube.

No Parlamento Europeu houve homenagens ao eurodeputado socialista. O Plenário do PE respeitou um minuto de silêncio. Também o Grupo do PSE prestou homenagem respeitando um minuto de silêncio.

COM O FALECIMENTO DE FAUSTO CORREIA, ARMANDO FRANÇA SERÁ O NOVO DEPUTADO A INTEGRAR A DELEGACÃO SOCIALISTA NO PARLAMENTO EUROPEU. Continua na última página

Visto de Portugal

**OS PONTOS
ALTOS DA
PRESIDÊNCIA
DA UNIÃO**



Ricardo Gonçalves
Deputado na AR

Foi em Lisboa que o Tratado Reformador foi assinado, aproveitando o trabalho da Presidência Portuguesa da União Europeia, onde se destaca o prestígio e a conhecida persistência de José Sócrates. Num mundo globalizado como aquele em que vivemos, a Europa precisava deste Tratado para poder ter um papel a desempenhar no mundo actual.

Não há melhor local na Europa para assinar este Tratado do que Lisboa, de onde partiram há mais de 500 anos as caravelas que iniciaram a globalização.

Também o Mosteiro dos Jerónimos é o melhor sítio para assinar este Tratado, já que foi construído precisamente para comemorar os Descobrimentos portugueses, hoje considerados em lugar de encontro entre povos e culturas. Assim se vai reafirmar a unidade da Europa e reactivar o seu funcionamento. Este Tratado enquadra-se naquilo que Portugal pode desempenhar na Europa e no mundo, afirmando-se como construtor de pontes e consensos. Com esta atitude e na continuidade deste acordo, Portugal vai presidir à cimeira U.E./África.

Assim, a cimeira com África, com o Brasil e o Tratado Reformador são, entre outros, os grandes feitos da Presidência Portuguesa da União Europeia.

A cimeira com África é mais uma vez o fruto da insistência portuguesa, já que ninguém percebe melhor os Africanos e os seus problemas do que nós, que fomos o povo Europeu que mais viveu misturado com os Africanos.

Esta permanente preocupação com África levamos a defender cimeiras, encontros, apoios diversos, enfim, tudo o que ajuda a tirar aquele continente da actual situação difícil.

Ora, assim sendo, é incompreensível que a União Europeia não faça tudo o que esteja ao seu alcance para ajudar África. Só é lamentável que a Europa tenha muita gente, que por motivos diversos está com dificuldade em integrar-se na economia e até na sociedade Europeia e não possam dar o seu contributo nos seus países de origem para o seu desenvolvimento através de mecanismos de cooperação mais fluídos e consistentes.

O mundo que os Europeus, com destaque para os Portugueses, ajudaram a construir é o que teve mais sucesso nas últimas décadas. Basta reparar nos Estados Unidos da América, um país de imigrantes, que é a maior potência do mundo, derrotando o imaginário nazi da raça pura Alemã que acabou na maior tragédia da humanidade.

Há, assim, vontade que na tão desejada cimeira União Europeia/África a cooperação se aprofunde ao máximo e que a participação de europeus na cooperação efectiva seja um dos acordos fundamentais. A Europa deve participar nessa cooperação de forma a promover e expandir o progresso. É preciso não esquecer, por exemplo, que a China já possui centenas de milhar de cidadão no continente africano, particularmente em Angola. Agora a Europa não pode ficar de fora limitando-se a enviar ajuda ao desenvolvimento, que muitas vezes volta a sair de África para contas pessoais. Deve, sim, enviar cooperantes, porque em África todos são poucos, sejam Africanos, Europeus, Chineses ou Indianos, de forma a ajudar os seus povos a atingirem o grau de desenvolvimento e a qualidade de vida que merecem e as suas potencialidades exigem.

**UNIÃO EUROPEIA QUER DADOS FIÁVEIS
SOBRE HABITAÇÃO E POPULAÇÃO**

A União Europeia quer possuir dados estatísticos consistentes e que permitam uma comparação fiável sobre os vários aspectos relacionados com a habitação nos Estados-membros, de forma a acabar com a informação incompleta, incoerente e dispar, que agora existe e afecta o desenho de políticas comunitárias neste domínio. Considerando o acesso à habitação como uma das principais preocupações da política social, o Conselho Europeu de Laeken, em 2001, sublinhou a necessidade de desenvolver indicadores comuns sobre a inclusão social no âmbito da habitação, bem como a necessidade de reforçar os sistemas estatísticos nesse sentido.

O objectivo principal do novo Regulamento sobre o recenseamento da população e habitação na União Europeia, que agora está em discussão no Parlamento Europeu, é dar uma imagem suficientemente pormenorizada da estrutura e das características da população que permita a análise de pormenor necessária para o planeamento, a administração e o acompanhamento em muitos domínios de intervenção, sendo a deputada Jamila Madeira a responsável do Grupo Socialista para esta questão nas comissões do Emprego e na de Desenvolvimento Regional.



Jamila Madeira é a responsável do Grupo Socialista para a elaboração do Regulamento sobre população e habitação

Jamila Madeira apresentou já nas respectivas comissões parlamentares um conjunto de emendas ao relatório, entre as quais defende que o Regulamento seja o mais completo possível, integrando também estatísticas sobre a população local ao nível do município, bem como dados estatísticos periódicos sobre a população e as principais características das famílias, "necessários para o estudo e a definição de políticas regionais, sociais e ambientais". De acordo com o Regulamento, os Es-

tados-membros devem transmitir à Comissão (Eurostat) dados sobre a população que abranjam determinadas características demográficas, sociais, económicas e de alojamento dos indivíduos, famílias, agregados familiares, unidades de alojamento e edifícios, a nível nacional e regional.

Em relação aos tópicos analisados pelas estatísticas, Jamila Madeira apresentou várias alterações no sentido de completar as informações tendo em conta a dimensão do núcleo familiar, do agregado doméstico privado, da classificação ambiental e energética, situação profissional, acesso à banda larga, disponibilidade de água e luz, acesso aos edifícios públicos e privados para pessoas incapacitadas, transportes e circulação urbana, mobilidade dentro da habitação e do edifício para a habitação.

**PROBLEMAS URBANOS ASSINALADOS
NO DIA MUNDIAL DO HABITAT**

A crescente urbanização das populações, patente nas cerca de mil milhões de pessoas a viverem em bairros degradados nas periferias das cidades, o agravamento das rupturas sócio-urbanas, as questões do ambiente, segurança e sustentabilidade, foram os temas centrais da Conferência realizada para assinalar o Dia Mundial do Habitat, uma iniciativa das Nações Unidas, na qual participou o deputado Joel Hasse Ferreira. O deputado, que fez parte da mesa na abertura da Conferência em representação do Parlamento Europeu, interveio sobre o impacto das políticas comunitárias nas políticas de habitação dos Estados-membros e sobre os últimos desenvolvimentos no âmbito da habitação no Parlamento Europeu.



Hasse Ferreira interveio numa conferência sobre o Dia Mundial do Habitat

O deputado sublinhou que o Parlamento Europeu tem tido uma intervenção positiva no domínio da habitação social, e chamou a atenção para o facto do mercado, por si só, ser incapaz de resolver os problemas de habitação. "Também no domínio da habitação é importante entendermos a necessidade de concretizar o modelo social europeu e de aplicar a Estratégia de Lisboa", disse. Esta sessão, que se realizou na Assembleia da República no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia, contou com o Alto Representante da Agência da ONU para o Habitat e com o Secretário de Estado do Ordenamento do Território e Cidades, João Ferrão.

Por outro lado, Joel Hasse Ferreira deslocou-se ao Japão, a Quioto, para intervir no Fórum "Science and Technology in Society", onde foram debatidos os mais recentes progressos tecnológicos e a sua utilidade para a humanidade. O deputado, membro do Painel de Opções Tecnológicas e Científicas (STOA) e Supervisor do Projecto sobre Futuros Sistemas Energéticos na Europa, destacou a importância da eficiência da administração científica e da investigação, bem como da cooperação internacional entre cientistas e parlamentares.

**CRÍTICAS AO ACORDO
DE PESCAS COM MOÇAMBIQUE**

O acordo de Pescas entre a União Europeia e Moçambique coloca sérios problemas quanto à distribuição de licença de pesca e realça a falta de competência legislativa do Parlamento Europeu neste domínio, considerou o deputado Emanuel Jardim Fernandes, relator sobre aquela matéria.

O acordo e o seu protocolo concedem possibilidades de pesca aos pescadores da União Europeia em Moçambique e reforça os laços entre as partes, segundo a nova abordagem definida pela reforma da Política Comum de Pesca, designadamente no que toca à exploração sustentável dos recursos haliéuticos.

O acordo será celebrado por cinco anos e substituirá o que actualmente está em vigor desde 2004, que atribui sete licenças de pesca a Portugal. Mesmo considerando a presente proposta parcialmente positiva, quanto à atribuição de licenças de pesca e dada a impossibilidade de proceder à sua alteração, o deputado manifestou uma forte discordância, por não ter sido observado o princípio da estabilidade relativa que, apesar do recurso a outros critérios, tem sido sempre seguido em anteriores acordos.

O deputado lamentou ainda a impossibilidade de apresentar propostas de alteração legislativa ao articulado do Acordo, devido a eventuais considerações de ordem jurídica, incluindo algumas visando uma melhor análise e gestão de futuros acordos de pesca, nomeadamente através do reforço da sociedade civil moçambicana e a optimização das regras internacionais no tocante às categorias profissionais interessadas, nomeadamente quanto à fixação de regras salariais mínimas para marinheiros ACP, pelo que considerou que o mandato político do Parlamento Europeu foi "substancialmente estrangido". Como forma de minimizar o impacto desta situação, Jardim Fernandes apresentou várias alterações destinadas a melhorar as informações transmitidas ao Parlamento Europeu.



Jardim Fernandes é relator para o acordo de pescas com Moçambique

DEPUTADOS EUROPEUS E NACIONAIS QUEREM METAS PARA REDUZIR EMISSÕES

A necessidade de critérios vinculativos a nível internacional para reduzir as emissões de CO2 e do cumprimento dos objectivos a nível europeu e nacional, o esforço a fazer pelos países desenvolvidos e pelos países em desenvolvimento e o modo como a União Europeia poderá contribuir para o sucesso da Conferência da ONU sobre alterações climáticas em Bali, em Dezembro, foram alguns dos assuntos debatidos pelos deputados europeus e nacionais no Encontro Parlamentar sobre Alterações Climáticas.

Com a presença de mais de duzentos deputados nacionais e europeus no encontro, que se realizou em Bruxelas, no Parlamento Europeu, a reunião contou com a presença do ministro do Ambiente, Nunes Correia, em representação da Presidência Portuguesa, dos presidentes do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia, Gert Pöttering e Durão Barroso e do Presidente da Assembleia da República, Jaime Gama. Entre os deputados socialistas destaque para a participação de Elisa Ferreira, Edite Estrela e Capoulas Santos, bem como os representantes da Assembleia da República Ramos Preto e Glória Araújo. Falando em nome da Presidência Portuguesa, Nunes Correia afirmou que, apesar dos



Elisa Ferreira interveio, em Bruxelas, no Encontro Parlamentar sobre Alterações Climáticas

Estados-membros já se terem comprometido a reduzir em 20 por cento as emissões, de gases com efeito de estufa até 2020, "é possível ir mais longe". O ministro considerou que os países desenvolvidos devem liderar este processo, estabelecendo uma redução de 30 por cento até 2020 e de 60 a 80 por cento até 2050 e que os países em desenvolvimento devem aderir quando for possível, comprometendo-se a uma maior responsabilização. O objectivo em Bali deve ser alcançar "um acordo global e abrangente até 2009", disse Nunes Correia. Por sua vez, Elisa Ferreira defendeu o

estabelecimento de uma resposta global reforçada às alterações climáticas para o período pós-Quito (depois de 2012), no quadro de um acordo com as Nações Unidas, sublinhando a necessidade de países como os Estados Unidos e a Austrália também a ele se associarem.

A deputada salientou a importância das propostas estratégicas da Comissão Europeia para que a União possa atingir os seus objectivos em matéria de emissões e defendeu a apresentação de uma proposta equitativa e equilibrada para as economias emergentes, que não comprometa as suas possibilidades de crescimento económico e que vincule a assistência e investimento nesses países a metas de equilíbrio ambiental.

Elisa Ferreira defendeu ainda que a União Europeia tome medidas a nível interno, como a atribuição de incentivos para evitar a desflorestação e os incêndios, e a nível externo, como a ajuda a países em desenvolvimento para enfrentarem a subida das temperaturas e os desastres naturais. Referência ainda para a intervenção da deputada do PS, Glória Araújo, que é relatora do grupo de trabalho "Redução das emissões através da modernização dos edifícios públicos e privados".

Visto de Bruxelas

UMA EUROPA A PROGREDIR



Joel Hasse Ferreira
Deputado Europeu

1 - Finalmente, temos o Tratado de Lisboa. Teremos regras adequadas para o funcionamento da União Europeia a 27, tendo até em conta os futuros alargamentos. Trata-se de um inegável triunfo pessoal de José Sócrates,

de uma vitória política da Presidência Portuguesa e de uma boa notícia para a Europa. Reconhece-se o alargamento da participação do Parlamento Europeu no processo legislativo, acolhem-se as inovações feitas no processo orçamental e atribui-se um valor vinculativo à Carta dos Direitos Fundamentais. Estabeleceram-se sistemas mais eficazes de decisão e, como afirmou José Sócrates, transmitiu-se um sinal de confiança aos cidadãos europeus e à economia europeia.

2 - Do ponto de vista social, a realização em Lisboa do 1º Fórum Europeu sobre os Serviços Sociais de Interesse Geral, "dossier" sobre o qual fui relator no Parlamento Europeu, evidenciou uma extraordinária capacidade de realização da equipa do Ministro Vieira da Silva, bem como a aceitação generalizada entre as organizações sociais do seu rigoroso e bem fundamentado discurso. O Fórum sobre os SSIG demonstrou também a enorme capacidade de mobilização das organizações sociais de toda a União Europeia, com a participação de representantes de 28 Estados europeus (26 da União mais a Turquia e a Noruega).

3 - O interesse mundial pelos avanços europeus nos domínios da Ciência e da Tecnologia é cada vez maior. No Fórum de Kyoto sobre "Ciência e Tecnologia na Sociedade", aberto pelo primeiro-ministro japonês, tive oportunidade de referir as linhas gerais da Presidência portuguesa, no que se refere aos domínios científico e tecnológico, apresentando a minha perspectiva sobre os mecanismos de aceleração da inovação.

4 - A Europa é cada vez mais uma União aberta ao Mundo. A própria consolidação do mercado interno e das regras de protecção dos consumidores na União Europeia, reforçam o interesse de asiáticos (Japão e China, nomeadamente) e de americanos (canadianos, mexicanos e norte-americanos) pelas regras que a União adapta, como ainda recentemente testemunhei em Montreal, quando apresentei uma Directiva europeia, de que fui relator, agora em fase de transposição para os 27 Estados-membros. E que ajudará a inspirar regras adequadas noutros espaços do Globo.

5 - O desenvolvimento económico, o avanço no plano social, o empenhamento na inovação científica e tecnológica são, a par da vertente ambiental, aspectos decisivos da Estratégia de Lisboa, aprovada em 2000 durante a anterior presidência portuguesa. Hoje, é toda a Europa que pode respirar melhor, sabendo que com o novo Tratado, todo o processo político, económico, social e ambiental disporá de instrumentos mais sólidos, mais participados e mais seguros de fazer avançar a construção europeia.

6 - A Presidência portuguesa de 2000, consegui, com António Guterres, fazer aprovar a Estratégia de Lisboa, norteadora do desenvolvimento social, económico, tecnológico e ambiental europeu. Em 2007, com José Sócrates, a Presidência portuguesa liderou o acordo que instituiu o Tratado de Lisboa. São motivos de orgulho e de satisfação, não só para os socialistas, como para todos os portugueses.

POLÍTICA COMUM DE PESCAS FORTEMENTE CRITICADA

A Política Comum de Pescas da União Europeia foi fortemente criticada pelo deputado Paulo Casaca, por ocasião de uma reunião do Grupo de Trabalho de Pescas do PSE, que na segunda semana de Outubro se deslocou às ilhas de Santa Maria e S. Miguel, nos Açores.

Este encontro dos socialistas membros do Grupo de Pescas ocorre no âmbito da recente apresentação da nova Política Marítima Integrada para a União Europeia e que vai desenhar novas políticas para este sector, quer se refiram ao domínio marinho, como as pescas e a investigação científica, quer ao seu interface terrestre, como as actividades económicas daí resultantes.

Na ocasião, Paulo Casaca fez a divulgação de um documento elaborado por peritos independentes que apresenta um balanço muito crítico da Política Comum de Pescas ao longo dos últimos anos. Entre os aspectos apontados como relevantes para aquele balanço, o relatório refere "o carácter vago da Política Comum de Pescas (PCP)

e a falta de orientações operacionais para a sua implementação". No entanto, o relatório apresenta como o maior de todos os problemas a falta de decisões sobre as necessidades de conservação. "Mesmo sem outras orientações, os decisores deviam compreender que a conservação é a prioridade e que os objectivos sociais e económicos para a PCP estão dependentes da conservação dos stocks de peixe a longo prazo", afirma o relatório.

O estudo revela que a área gerida pela Política Comum de Pescas é uma das que apresenta maior exaustão de recursos a nível mundial. Como dado comparativo, refira-se que, enquanto a nível mundial 25 por cento dos stocks estão em situação de sobrepesca, na União Europeia os dados conhecidos apontam para uma taxa de 81 por cento, sendo que a rentabilidade económica do sector é das mais baixas do mundo.

Para Paulo Casaca, "a centralização de Bruxelas da PCP é talvez o factor que

aparece mais claramente como estando na base dos maus resultados alcançados". Segundo afirma, "para perceber os absurdos da PCP, nada melhor do que seguir a descrição pormenorizada do fiasco que foi a tentativa de parar a destruição dos stocks de bacalhau, absurdos que poderiam ser exemplificados com a destruição do sistema de defesa da sustentabilidade da pesca nas águas dos Açores e a sua abertura à pesca espanhola, felizmente por ora apenas restringida a cem milhas da ZEE".

Referência ainda para o facto de na sessão plenária do Parlamento Europeu realizada em Bruxelas, Paulo Casaca ter assinalado, perante o comissário Joe Borg, responsável pelas Pescas, que existe uma viragem na Política Marítima Integrada para a União Europeia, onde duas das principais prioridades para a política de pescas são a necessidade de assegurar condições de trabalho dignas para os pescadores e a aplicação de uma aproximação por ecossistemas.

CONTACTOS DOS DEPUTADOS:

www.partido-socialista.net/pspe - Página dos Socialistas Portugueses no Parlamento Europeu

Edite Estrela - Presidente da Delegação Socialista; Direitos da Mulher e Igualdade de Géneros (1ª vice-presidente); Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar; Alterações Climáticas

Ana Gomes - Assuntos Externos; Segurança e Defesa (vice-presidente); Desenvolvimento; Direitos da Mulher e Igualdade dos Géneros

Capoulas Santos - Agricultura; Pescas; Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar; Alterações Climáticas

Elisa Ferreira - Assuntos Económicos e Monetários; Comércio Internacional

Emanuel Jardim Fernandes - Transportes e Turismo; Desenvolvimento Regional; Pescas

Francisco Assis - Comércio Internacional; Assuntos Externos; Direitos do Homem

Jamila Madeira - Desenvolvimento Regional; Emprego e Assuntos Sociais

Joel Hasse Ferreira - Emprego e dos Assuntos Sociais; Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores

Manuel dos Santos - Assuntos Económicos e Monetários; Indústria, Investigação e Energia

Paulo Casaca - Controlo Orçamental (Coordenador do Grupo Socialista); Orçamentos; Pescas

Sérgio Sousa Pinto - Assuntos Constitucionais; Cultura e Educação

Armando França - Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos; Transportes e Turismo

ENDEREÇOS ÚTEIS

www.socialistgroup.org - Página do Grupo Socialista no Parlamento Europeu

www.pes.org - Página do Partido Socialista Europeu

www.socialistinternational.org - Página da Internacional Socialista

www.ps.pt - Página do Partido Socialista

www.europarl.eu.int - Página do Parlamento Europeu

www.europa.eu.int - Portal da União Europeia

FICHA TÉCNICA

Edição Grupo Parlamentar do PS no Parlamento Europeu
Editor Paulo Pisco **Layout e Paginação** Gabinete de Comunicação do PS **Periodicidade** Mensal **Tel.** 213 822 000 **Fax.** 213 822 023 **Email** pisco@ps.pt **Endereço** Acção Socialista - Largo do Rato nº 2, 1269-123 Lisboa

UMA GRANDE VITÓRIA PARA A EUROPA

O acordo obtido para o Tratado de Lisboa “é um grande sucesso para o Parlamento Europeu, uma vitória para a União Europeia e para todos os seus cidadãos”, afirmou o Presidente do Parlamento Europeu, Hans-Gert Pöttering, na sessão plenária de Estrasburgo com a presença do Primeiro-Ministro, José Sócrates, que explicou aos deputados europeus os resultados da Cimeira Informal de 18 de Outubro onde nasceu o Tratado de Lisboa.

O Primeiro-Ministro, que antes de iniciar a sua intervenção evocou a memória de Fausto Correia, falecido no dia 9 de Outubro, afirmou: “A Europa precisava de um acordo rápido e teve-o. A Europa precisava de um sinal de confiança e teve-o. A Europa precisava de se virar para o futuro e foi isso que fez”.

O Primeiro-Ministro explicou particularmente o que foi acordado quanto às duas questões mais difíceis, designadamente o compromisso de Ioanina, invocado pela Polónia, e a atribuição de mais um deputado europeu para a Itália.

José Sócrates sublinhou também que o Tratado de Lisboa deixa para trás as crises do passado e coloca a Europa com os olhos no futuro. Entre os progressos do novo Tratado, José Sócrates enunciou os seguintes: adopta um maior envolvimento do Parlamento Europeu no processo legislativo e na decisão orçamental, realçando a sua legitimidade democrática, melhora o processo de decisão, designadamente através da extensão do voto por maioria qualificada, aprofunda a cooperação no âmbito das liberdades, segurança e justiça, reforçando a segurança dos cidadãos, define claramente as competências próprias da União Europeia e dos Estados-membros e reforça o poder de supervisão dos Parlamentos nacionais no processo legislativo europeu.

Além disso, referência para o facto do Tratado de Lisboa



No Parlamento Europeu, os líderes das principais famílias políticas elogiaram José Sócrates e a Presidência Portuguesa

consagrar alterações no funcionamento das instituições, de forma a garantir maior eficácia, transparência e presença no mundo, com a criação de um Alto Representante para a Política Externa, a instituição de presidências por dois anos e meio com a eleição de um Presidente

alcançados, mas também pela celeridade do processo. Pouco mais de dois meses de trabalho intenso e de diálogo negocial e logo no primeiro dia da Cimeira foi possível obter o desejável consenso”, disse.

“A Presidência Portuguesa está de parabéns – continuou. Cumpriu com reconhecida competência a sua principal prioridade: dotar a Europa de um novo Tratado, o que foi uma grande vitória. A Europa saiu do impasse de seis anos e pode agora dedicar-se ao que verdadeiramente importa: os cidadãos”.

do Conselho Europeu e a redução do número de comissários europeus numa base equitativa, a partir de 2014. Também a Carta dos Direitos Fundamentais ganha força jurídica.

Por outro lado, muitos elementos de soberania que existiam no projecto de Constituição Europeia rejeitado em 2004 foram abandonados, como por exemplo os símbolos ou a nomenclatura do Direito comunitário.

Os líderes dos maiores partidos políticos no Parlamento Europeu, designadamente o PPE, os Socialistas e os Liberais, foram igualmente muito elogiosos para os resultados obtidos em Lisboa.

“Tratou-se de um momento histórico”, afirmou no hemiciclo de Estrasburgo Edite Estrela, presidente da Delegação Portuguesa no PE. “Em primeiro lugar, pelos resultados

PORTO DISCUTE EUROPA

“A União Europeia vive um dilema existencial há praticamente 50 anos, que é decidir se o objectivo final da construção europeia é o de criar uma União Política, económica e social ou se, pelo contrário, é apenas de se elaborar à volta da construção de um mercado único que facilite a circulação de bens, capitais e serviços”, afirmou o deputado e vice-presidente do PE, Manuel dos Santos, numa conferência realizada no Porto para discutir a Europa política. O encontro foi organizado pela Delegação Portuguesa no PE e contou com a participação de Mário Soares e do vice-presidente do PE, Miguel Martínez. Os oradores sublinharam a necessidade da União Europeia se dotar do Tratado Reformador como forma de evoluir para um patamar superior na construção europeia e criticaram alguns dos Estados-membros que procuram impedir ou atenuar o ritmo da integração política. Mostraram-se também favoráveis à constituição de “cooperações reforçadas” que facilitem o desenvolvimento do processo político e permita avançar mais depressa aos Estados-membros que assim o desejem.

MISSÃO MILITAR NO CHADE

A deputada Ana Gomes coordenou, pelos socialistas europeus, a Resolução aprovada no Parlamento Europeu de apoio à missão militar no Chade/República Centro Africana, no âmbito da política externa e de segurança comum. A missão será também de grande relevância para a solução política para a crise no Darfur. Ao intervir em plenário, Ana Gomes congratulou-se com o facto do Conselho de Segurança da ONU ter dado um mandato para aquela força no quadro do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas. “É fundamental que esse mandato seja interpretado de forma adequada no terreno e que as tropas europeias sejam pró-activas na protecção de civis em perigo, na criação de espaço humanitário para as organizações internacionais e na protecção da missão MINURCAT das Nações Unidas. A história recente está cheia de exemplos trágicos – de Kigali a Srebrenica – de populações civis indefesas a pagarem o preço supremo pela timidez e excesso de escrúpulos de tropas internacionais”, afirmou.

DELEGAÇÃO DO PE NO CHILE

O deputado Francisco Assis integrou a Delegação do Parlamento Europeu que se deslocou ao Chile, no início de Outubro, para o VII Encontro Interparlamentar no âmbito da Comissão Parlamentar Mista UE-Chile. O deputado interveio sobre a situação política naquele país e na América Latina e abordou temas económicos e comerciais de interesse comum aos dois continentes relacionados com a PME e a actual crise financeira internacional. Para além dos encontros com parlamentares chilenos, a Delegação do PE manteve reuniões ao mais alto nível com responsáveis governamentais do país e representantes dos povos indígenas.

UNIÃO QUER TIRAR DO IMPASSE ACORDO COM O MERCOSUL

A União Europeia quer retirar do impasse as relações entre a União Europeia e o Mercosul, devido a questões de natureza comercial entre os dois blocos, designadamente no âmbito do processo de Doha. O propósito foi anunciado no Parlamento Europeu pelo Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, João Lobo Antunes, em nome da Presidência Portuguesa do Conselho, durante um debate sobre o Acordo de Associação Interregional com o Mercosul e a parceria bilateral com o Brasil, no qual participaram também os deputados Sérgio Sousa Pinto e Edite Estrela.

“O acordo de associação deve ser abrangente em todos os seus aspectos, isto é, económica e de cooperação, e visar não somente a promoção do comércio e do investimento, mas também reforçar o relacionamento estratégico entre a União Europeia e aquela região”, disse. O acordo entre a União Europeia e o Mercosul irá criar a maior zona de livre comércio entre os dois blocos regionais, num universo populacional de 700 milhões

de pessoas, dando um contributo decisivo para a integração económica e social e para um crescimento económico significativo nas duas regiões.

Ao intervir, Sérgio Sousa Pinto, presidente da Delegação do Parlamento Europeu para as Relações com o Mercosul, apelou à concretização de um acordo de livre comércio entre os dois blocos, considerando que cabe à União Europeia contribuir para o sucesso da integração regional sul-americana fazendo todos os esforços para o êxito das negociações.

Segundo afirma, o que está em discussão não é apenas uma questão de trocas comerciais, mas também a cooperação e o diálogo políticos, fundamentais para a relação futura entre os dois blocos. “Ninguém tem hoje dúvidas de que a União Europeia precisa da Ibero-América e do seu grande instrumento, o Mercosul, para o seu objectivo de construção de uma ordem internacional mais equilibrada e multilateral”, afirma Sérgio Sousa Pinto.

Quanto à importância do Brasil, considerou este país “a alma e o motor do Mercosul,

com os seus 190 milhões de habitantes e uma economia que representa aproximadamente 75 por cento do produto daquele bloco regional.

O Brasil, país com o qual a União Europeia ainda não se tinha reunido até hoje, é o único membro do Mercosul que aspira a um lugar no Conselho de Segurança das Nações Unidas, podendo assim dar voz ao conjunto da América Latina.

No mesmo sentido pronunciou-se Edite Estrela, defendendo que a parceria estratégica UE-Brasil não prejudica o equilíbrio regional, nem as relações económicas e comerciais da União com outros parceiros da América Latina. “Pelo contrário, favorece as relações, tal como está expresso na declaração comum da Cimeira UE-Brasil, de 4 de Julho”, disse a deputada.

A concluir, o Secretário de Estado Lobo Antunes sublinhou que a declaração final da Cimeira UE-Brasil afirma de forma inequívoca que a União Europeia e o Brasil trabalharão juntos para que o acordo de Associação com o Mercosul venha finalmente a ser uma realidade.

ARMANDO FRANÇA ASSUME FUNÇÕES

Armando França é o novo Deputado da Delegação Socialista Portuguesa no Parlamento Europeu substituindo o falecido Deputado Fausto Correia. Natural de Esmoriz, Aveiro, Armando França tem um extenso percurso político e ampla experiência académica e profissional. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, obteve ainda uma Pós-Graduação em Direito da Comunicação e uma Pós-Graduação em “A Nova Justi-



ça Administrativa”. Advogado com escritório em Aveiro, desde 1978, foi Professor do Ensino Secundário de 1975 a 1978, do Instituto Superior

de Ciências da Informação e da Administração, em Aveiro, em 1990, e da Universidade Lusíada, de 1992 a 1994. Exerceu por três vezes o mandato de Presidente da Câmara Municipal de Ovar entre 1994 e 2005, tendo sido Membro do Conselho Económico e Social e do Conselho da Região da C.C.R. Centro de 1994 a 2005 durante esse período. Exerceu o cargo de Deputado na X Legislatura. Na Assembleia da República, foi ainda Membro da Comis-

são parlamentar de Assuntos Europeus, coordenador do Grupo PS. Foi Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal - Marrocos. É Membro da Comissão Nacional do PS desde 1996 e da Comissão Política Nacional do PS; Presidente da Comissão Política Concelhia de Ovar de 1995 a 2003; Membro da Comissão Política Distrital do PS desde 1994 e Presidente da Mesa da Comissão Política Distrital do PS Aveiro de 2003 a 2006.